



TERMO DE REFERÊNCIA

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Registro de Preços para aquisição de materiais de consumo (enxoval, roupas e higiene) para compor o kit bebê (Benefício Eventual de Auxílio Natalidade), conforme autoriza a Lei Municipal n. 2.651/2019, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 01 (um) ano

1.1 Especificação do objeto:

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total	Cota Reservada ou Exclusiva ME/EPP
1	BANHEIRA PARA BEBÊ, CAPACIDADE DE 25 LITROS. Com porta shampoo, porta sabonete, durável, resistente, atóxica e segura, composição polipropileno / pvc (válvula), livre de bpa e ftalatos. Dimensões mínimas: 74 cm comprimento, 28 cm de altura e 44 cm de largura, capaz de suportar peso até 30 kg. Nas cores: rosa, amarelo, verde, branco e azul. Garantia do fornecedor de 03 meses.	UN	150	R\$ 35,97	R\$ 5.395,50	Exclusivo ME/EPP
2	BORI MANGA CURTA, TAMANHO P, confeccionado em tecido 100% algodão, c/ selo ou etiqueta fixados na peça, contendo a composição e informações do fabricante, cores variadas.	UN	150	R\$ 18,64	R\$ 2.796,00	Exclusivo ME/EPP
3	BORI SEM MANGA TAMANHO P, confeccionado em tecido 100% algodão, c/ selo ou etiqueta fixados na peça, contendo a composição e	UN	150	R\$ 15,94	2.391,00	Exclusivo ME/EPP



	informações do fabricante, cores variadas.					
4	COBERTOR DE BEBÊ (antialérgico) , confeccionado em tecido microfibra 100% poliéster, c/ proteção anti-ácaros e anti-mofo, c/ selo ou etiqueta fixados na peça, contendo a composição e informações do fabricante, medindo aproximadamente 1,10 x 0,90m, cores variadas.	UN	150	R\$ 25,64	R\$ 3.846,00	Exclusivo ME/EPP
5	FRALDA DE ALGODÃO - 0,65 X 0,65 M - COR BRANCA (PACOTE C/ 05 UNIDADES) . Fralda de algodão, confeccionada em tecido 100% algodão, medindo aproximadamente 0,65 x 0,65cm, na cor branca, acondicionada em pacote c/05 (cinco) unidades. O produto deverá ter selo e/ou etiqueta fixados na peça, contendo a composição do tecido e informações do fabricante.	PCT	150	R\$ 23,33	R\$ 3.499,50	Exclusivo ME/EPP
6	FRALDA PEDIÁTRICA (P) PACOTE COM NO MÍNIMO 28 UNIDADES, PESO DE 04 A 8KG. Fralda pediátrica (P), descartável, atóxica, com capa de tela polimérica, núcleo absorvente, com a primeira camada composta por algodão hidrófilo, polpa de celulose virgem e/ou materiais poliméricos absorventes e com capa de apoio estrutural. Pacote com no mínimo 28 unidades, peso de 4 a 8kg.	PCT	150	R\$ 45,74	R\$ 6.861,00	Exclusivo ME/EPP
7	FRONHA kit com 02 fronhas de bebê 30x40	UN	150	R\$ 18,74	R\$ 2.811,00	Exclusivo ME/EPP



	100% algodão, uma cor 200 fios.					
8	MACACÃO P/ BEBÊ MANGA LONGA - (M) , confeccionado em tecido 100% algodão, c/ selo ou etiqueta fixados na peça, contendo a composição e informações do fabricante, cores várias.	UN	300	R\$ 24,12	R\$ 7.236,00	Exclusivo ME/EPP
9	MACACÃO P/ BEBÊ MANGA CURTA - (P) , confeccionado em tecido 100% algodão, c/ selo ou etiqueta fixados na peça, contendo a composição e informações do fabricante, cores várias.	UN	300	R\$ 25,49	R\$ 7.647,00	Exclusivo ME/EPP
10	MAMADEIRA P/ BEBÊ - 150 ML , fabricada em policarbonato leve, inquebrável e inodoro; esterilizável até 121°C e totalmente atóxica; c/ gargalo ultra higiênico sem bordas ou rebarbas cortantes; bico de silicone atóxico, anti-alérgico, inodoro, insípido, transparente e fácil de limpar, tampa com rosca, capacidade p/150ml de líquidos, fabricada de acordo com a NBR 13793, aprovada por laboratório credenciado pelo incerto.	UN	150	R\$ 10,70	R\$ 1.605,00	Exclusivo ME/EPP
11	MANTA FLANELADA em tecido 100% algodão, medindo no mínimo 80cm x 80cm, com acabamento em viés.	UN	150	R\$ 11,78	R\$ 1.767,00	Exclusivo ME/EPP
12	MEIA INFANTIL , confeccionada em tecido com no mínimo 63% algodão, 31% poliamida, 4% elastano e 2% elastodieno, tamanho 16 a 22.	PAR	450	R\$ 8,36	R\$ 3.762,00	Exclusivo ME/EPP
13	MIJÃO P/ BEBÊ - (M) , confeccionado em tecido 100% algodão, c/ selo ou etiqueta fixados na peça, contendo a composição e	UN	300	R\$ 11,96	R\$ 3.588,00	Exclusivo ME/EPP



	informações do fabricante, cores várias.					
14	PANINHO DE BOCA BORDADOS E ESTAMPADO PARA BEBÊ 32cm X 32cm, embalagem contendo 04 un, com 02 camadas de tecido FRALDA 100% Algodão: macio e absorvente. Com acabamento em viés.	PCT	150	R\$ 12,83	R\$ 1.924,50	Exclusivo ME/EPP
15	SABONETE INFANTIL COM GLICERINA E HIDRATANTE , hipoalergênico, com lanolina, c/ fragrâncias diversas e agradável, acondicionado em embalagem original de fábrica c/ peso mínimo de 70g, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, químico responsável, indicações, precauções de uso, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde.	UN	450	R\$ 5,01	R\$ 2.254,50	Exclusivo ME/EPP
16	SHAMPOO P/ CABELO – INFANTIL (FRASCO C/ 200ML) , indicado p/ todos os tipos de cabelos, suave, Hipoalérgico, formulado para ser suave. Testado por pediatras e dermatologistas. Livre de ingredientes que são agressivos à pele do bebê (corantes, parabenos, ftalatos e sulfato). Com fórmula chega de lágrimas. Feito com glicerina de origem natural, acondicionado em embalagem plástica original de fábrica, contendo externamente especificação do produto, informações do	FRASC	150	R\$ 17,49	R\$ 2.623,50	Exclusivo ME/EPP



	fabricante, químico responsável, indicações, precauções de uso, data de fabricação e prazo de validade, frasco c/ 200ml. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde.					
17	TERMÔMETRO DIGITAL – APROVADO PELO INMETRO ; 100% resistente a água e com beep sonoro de aviso de medição. Display LCD de fácil visualização e alarme de febre; memória da última medição – Desligamento automático – Indicador de bateria fraca – Local de medição: boca, axila. Tempo de medição: 60 a 120 s; Unidade de medida: °C; Cor: Branco – Garantia: 12 meses. Conteúdo da Embalagem: 1 Termômetro Digital com Ponta Rígida.	UN	150	R\$ 21,89	R\$ 3.283,50	Exclusivo ME/EPP
18	TOALHA DE BANHO P/ BEBÊ , felpuda, com capuz, confeccionada em tecido 100 % algodão, medindo aproximadamente 0,70 x 0,70m, toda enviesada, tecido duplo c/ forro toque macio. O produto deverá ter selo e/ou etiqueta fixados na peça, contendo a composição do tecido e informações do fabricante. Diversas opções de estampas	UN	150	R\$ 23,95	R\$ 3.592,50	Exclusivo ME/EPP
19	TRAVESSEIRO P/ BEBÊ - 30 X 40 CM (FIBRA DE POLIÉSTER) . Travesseiro p/ bebê, capa confeccionada em tecido 100% algodão, anti-sufocante, anti-alérgico, anti-mofo e antiácaro, c/ enchimento em fibra 100% poliéster,	UN	150	R\$ 14,71	R\$ 2.206,50	Exclusivo ME/EPP



	medindo aproximadamente 0,30 x 0,40m (L x C). O produto deverá apresentar selo ou etiqueta fixados na peça, contendo a identificação do produto, composição e informações do fabricante.					
20	TROCADOR PORTÁTIL E PORTA FRALDAS: com cordinha para facilitar armazenagem e transporte. Possui bolso na lateral para guardar fraldinhas, pomadas, lenço umedecido entre outros itens. Possui um lado impermeável, tornando a limpeza rápida e fácil. SUPER MACIO E CONFORTÁVEL. ESTAMPAS DELICADAS E ALEGRES: escolha entre 4 opções (CARROS, NUVEM, COELHO, URSO) TECIDO MALHA 100% ALGODÃO: perfeito para a pele sensível do bebê. PRODUTO DE ALTA QUALIDADE: Nossos produtos são feitos com todo cuidado e carinho. Medida: 66cm x 40cm	UN	150	R\$ 37,40	R\$ 5.610,00	Exclusivo ME/EPP
Valor Total Estimado R\$ 74.700,00						

1.2. Nos termos dos artigos 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, os itens da presente licitação cuja estimativa de valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) são destinados exclusivamente a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme indicado na tabela acima.

1.2.1. Para os itens cuja estimativa de valor seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será aplicada a cota reservada de que trata o artigo 48, inciso III, da referida lei, na proporção de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme indicado na tabela acima.



1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 74/2025.

Do Prazo de Vigência da Contratação

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado do dia útil subsequente à data de publicação no Diário Oficial do órgão ou da divulgação no PNCP, conforme estabelece o artigo 22 do Decreto Municipal nº 72/2025.

1.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, hipótese em que os quantitativos fixados na licitação serão renovados para o novo período de vigência, de acordo com o artigo 23 do Decreto Municipal nº 72/2025.

II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade e a efetividade das ações da política pública de assistência social no Município de Bataguassu/MS, especialmente no atendimento às gestantes em situação de vulnerabilidade e risco social acompanhadas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS I e II).

2.2. No âmbito da Proteção Social Básica, verifica-se que o período gestacional e o nascimento de uma criança representam momentos de maior fragilidade para famílias em situação de vulnerabilidade, uma vez que implicam aumento das despesas e demandam cuidados imediatos com o recém-nascido, especialmente no que se refere a itens essenciais de vestuário e higiene. Nesse contexto, a ausência de condições materiais mínimas pode comprometer a dignidade da gestante, a saúde do bebê e o adequado início da primeira infância.

2.3. A Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, em atuação integrada com a Secretaria Municipal de Saúde, realiza o acompanhamento contínuo das gestantes durante todo o período gestacional, promovendo ações de orientação, prevenção e fortalecimento de vínculos familiares.



Como parte desse acompanhamento, a concessão do benefício eventual denominado Auxílio Natalidade, instituído pela Lei Municipal nº 2.651/2019, materializa-se, dentre outras formas, na disponibilização de kit bebê composto por roupas, materiais de higiene e itens básicos de consumo, destinados a garantir condições mínimas de cuidado ao recém-nascido.

2.4. A necessidade da contratação, portanto, decorre da obrigação do Poder Público em assegurar a oferta regular e contínua desse benefício, evitando descontinuidade no atendimento e garantindo resposta tempestiva às demandas identificadas pela equipe técnica. Ademais, a disponibilização dos kits contribui para o fortalecimento do vínculo das famílias com a rede socioassistencial, incentivando a participação em ações socioeducativas voltadas à maternidade responsável, ao cuidado integral da criança e à promoção da primeira infância.

2.5. Sob a perspectiva do interesse público, a contratação visa assegurar a proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade, promover a dignidade humana, reduzir riscos sociais e contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças desde os primeiros dias de vida, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com a legislação municipal vigente.

2.6. A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025

III) Data de Republicação no PNCP: 14/04/2026

III) Id do item no PCA: 37/2026

IV) Classe/Grupo: Material

III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de materiais de enxoval destinados à composição de kits bebê, por meio da contratação de empresa(s) fornecedora(s) para o fornecimento dos itens de forma individualizada.



3.2. Os itens a serem adquiridos compreendem, de forma geral, produtos de vestuário infantil, materiais de higiene e demais itens essenciais ao cuidado do recém-nascido, os quais serão posteriormente organizados em kits pela Secretaria Municipal de Assistência Social e destinados às gestantes atendidas pelos CRAS I e II, no âmbito da concessão do benefício eventual Auxílio Natalidade, conforme legislação municipal vigente.

3.3. A contratação deverá assegurar o fornecimento de produtos novos, de primeira qualidade, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, com observância às exigências de segurança, higiene e adequação ao uso infantil, incluindo, quando pertinente, certificações de órgãos competentes. Os itens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, com identificação, prazo de validade compatível (quando aplicável) e sem apresentar quaisquer vícios, defeitos ou inconformidades.

3.4. A entrega dos materiais deverá ocorrer de forma parcelada ou integral, conforme a necessidade da Administração, em local previamente indicado, dentro dos prazos estabelecidos, garantindo a continuidade do atendimento e a formação dos kits sem prejuízo à concessão do benefício às usuárias.

3.5. No que se refere à manutenção e assistência técnica, ressalta-se que, em razão da natureza dos bens a serem adquiridos, classificados como materiais de consumo, não há necessidade de manutenção preventiva ou corretiva. Contudo, a contratada deverá assegurar a substituição imediata, sem ônus para a Administração, de quaisquer itens que apresentem defeitos, avarias, inconformidades com as especificações ou prazo de validade inadequado, durante o período de recebimento e verificação dos produtos.

3.6. A solução contempla, ainda, a responsabilidade da contratada quanto à qualidade dos produtos fornecidos, ao cumprimento dos prazos estabelecidos e à observância das condições contratuais, cabendo à Administração a fiscalização do contrato, o recebimento dos itens e a organização dos kits para distribuição.

3.7. Dessa forma, a solução proposta atende de maneira adequada à necessidade identificada, garantindo eficiência, economicidade, controle de qualidade e continuidade na execução da política pública de assistência social voltada às gestantes e recém-nascidos em situação de vulnerabilidade no Município.



3.8. Serão exigidos documentos referentes à qualificação econômico-financeiro, a fim de assegurar a regularidade e idoneidade da empresa vencedora.

3.9. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A Detentora deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

4.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

4.5 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.6 As entregas dos materiais irão correr por conta da Detentora, bem como as despesas de seguros, transporte dos materiais de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, bem como pelo seu descarregamento, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

4.7. O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. Todos os itens devem ser novos e de primeiro uso.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando o objeto da licitação.

Subcontratação

4.10. Não será permitida a subcontratação do objeto.



V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Os materiais serão entregues de acordo com a necessidade da Secretaria requisitante, mediante a emissão de Autorização de Fornecimento, com entrega no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogados mediante justificativa da Detentora e autorização da administração.

5.1.1. Não há quantidade mínima baseada em itens ou valores para realização de pedidos pelas secretarias participantes do presente processo, sendo vedado que as detentoras da ata condicionem a entrega dos produtos a quantidade de pedidos a serem atendidos.

5.2. Os equipamentos solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Central, localizado na Rua dos Anjos, n. 628, Bairro Jardim São Francisco, Município de Bataguassu/MS, durante o horário comercial, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h (horário oficial de Brasília).

5.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no **prazo de 05 (cinco) dias corridos**, o objeto com avarias ou defeitos.

5.4 Os materiais deverão ser entregues em embalagens fechadas quando de sua entrega e, caso não atendam as especificações, serão devolvidos a Contratada.

5.5 As entregas dos materiais irão correr por conta da Contratada, bem como as despesas de seguros, transporte dos materiais de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, bem como pelo seu descarregamento, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido



pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo no prazo indicado neste instrumento, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,



comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.12. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

VIII. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

8.1.1. O fornecimento do objeto será **parcelado**, conforme necessidade da Secretaria Requisitante.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



8.16. As certidões acima elencadas, quando não indicarem de forma expressa o seu prazo de validade, serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, a contar da sua emissão.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

8.18. Será exigida apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, que deverá apresentar no prazo mínimo de 02 (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação, sob pena de desclassificação.

IX. ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 74.700,00 (setenta e quatro mil e setecentos reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bataguassu-MS, 27 de abril de 2026.

Elaboração:

Nathália Schulz Cardoso

Equipe de Planejamento

Portaria n. 709/2025

Geovani Tavares Martim

Equipe de Planejamento

Portaria n. 709/2025

Kauan Lucio Ferreira da Rosa

Equipe de Planejamento

Portaria n. 709/2025

Aprovado por:

Thaís Bastos Galvão Thomazini

Secretaria Municipal de Assistência Social